



CURRÍCULO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Mariana Chaves de Oliveira ¹
Letícia da Costa Silva ²

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado constitui-se parte da Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva, visto que se trata de um serviço de educação, o qual identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade de modo que se eliminem barreiras, a fim de que haja a plena participação dos alunos, considerando-se as necessidades específicas de cada um. Nessa perspectiva, o presente trabalho consiste em uma abordagem acerca do Atendimento Educacional Especializado e sua relação com o currículo no ensino fundamental. Nesse sentido, o objetivo deste estudo consiste em investigar a finalidade do Atendimento Educacional Especializado para o ensino fundamental, bem como analisar o que a legislação e os documentos curriculares postulam sobre tal atendimento. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, através de análises bibliográficas de legislações, documentos curriculares e estudos que contemplam tal temática, bem como uma observação de como se dá o Atendimento Educacional Especializado na sala de Recursos Multifuncionais de uma escola municipal da cidade de Imperatriz – MA. Nesse viés, considera-se a grande relevância do Atendimento Educacional Especializado para os alunos que têm necessidades educacionais especiais, uma vez que tal atendimento tem em vista o propósito de dissipar barreiras, com o intuito de garantir uma educação de qualidade para todos os sujeitos, de tal modo que seja desenvolvida a autonomia e independência desses indivíduos tanto na escola quanto fora dela.

Palavras-chave: Educação Especial, Currículo, Atendimento Educacional Especializado, Adaptações Curriculares.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho advém de uma análise realizada em uma escola da rede municipal de ensino, na cidade de Imperatriz do Maranhão, a qual atende os alunos no nível da educação básica, no que se refere à etapa dos anos finais do ensino fundamental. Tal estudo centra-se na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), assim como nos alunos que fazem uso dela. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar essa sala, na qual ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na etapa do Ensino Fundamental a qual compreende o período que vai do 1º ao 9º ano, com crianças de 6 a 14 anos de idade, levando em consideração

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, marianaoliveira.20200001201@uemasul.edu.br

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, leticiasilva.20200001186@uemasul.edu.br

desde os aspectos estruturais, até a maneira como são realizados os atendimentos educacionais especializados com esses alunos.

Para além disso, busca-se examinar o que a legislação e os documentos curriculares asseguram sobre o Atendimento Educacional Especializado, bem como identificar como é desenvolvido esse atendimento na sala de recursos, e por fim observar se os direitos desses estudantes estão realmente sendo assegurados conforme a legislação brasileira preconiza através do Decreto nº 7611, de novembro de 2011, o qual regulamenta o AEE.

Desse modo, toma-se como ponto de partida a concepção que o Atendimento Educacional Especializado consiste em um processo imprescindível, haja vista que se constitui um serviço de educação especial em que se busca elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, os quais sejam capazes de dissipar barreiras e promover condições plenas para o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, considerando as demandas de cada um.

Sendo assim, o estudo feito se deu por meio de uma pesquisa qualitativa, na qual visitou-se o campo – uma escola municipal – com o intuito de observar e coletar dados para auxiliar no desenvolvimento do trabalho, para isso usou-se como base de orientação um roteiro. Em vista disso, a metodologia utilizada corresponde a observação, acerca da qual Fiorentini e Lorenzatu (2006) destacam que essa caracteriza-se como um estudo naturalista ou etnográfico em que o pesquisador visita o local onde acontecem os fatos naturalmente. Ademais, foram realizadas análises baseando-se em referências bibliográficas tais como Stainback, Stainback (1999), Castro (2021), Rodrigues (2006), dentre outras, que tratam sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE e o currículo sob a perspectiva de uma educação especial inclusiva.

O estudo aqui apresentado discorre inicialmente, acerca do modo pelo qual a pesquisa foi realizada, pontuando-se as etapas e os métodos utilizados. Em seguida, traz um apanhado teórico acerca do atendimento educacional especializado, fazendo uma relação com a importância do currículo nesse processo. Ademais, ao longo do artigo, são apresentadas as análises e as discussões feitas a partir da observação e da pesquisa bibliográfica, por fim encontram-se as referências.

METODOLOGIA

O presente estudo é proveniente da realização de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, na qual foram desenvolvidas observações no ambiente escolar acerca do

Atendimento Educacional Especializado – AEE, bem como análises e reflexões de legislações e documentos curriculares, os quais além de garantirem direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais, norteiam o processo educativo desses sujeitos.

Nesse sentido, a observação se deu em uma Sala de Recursos Multifuncionais, de uma escola da rede pública municipal da cidade de Imperatriz – Ma, a qual fica localizada na zona urbana da cidade, em um bairro relativamente distante do centro da cidade. A escola, local da observação, atende o público dos anos finais do ensino fundamental, alunos do 6º ao 9º ano, no entanto a Sala de Recursos Multifuncionais atua como sala polo, uma vez que ela atende estudantes não apenas da própria escola, mas de toda a comunidade próxima.

Cabe ressaltar que as observações desempenhadas nessa pesquisa foram realizadas durante o mês de agosto do ano de 2022, a partir de um roteiro de observação definido previamente, com a intenção de direcionar o olhar do pesquisador para o foco do objeto de pesquisa. Assim, buscou-se investigar de que maneira ocorrem os procedimentos referentes ao Atendimento Educacional Especializado, bem como o modo em que a legislação e os documentos curriculares, voltados para a educação especial, se fazem presentes durante tal processo.

Nessa perspectiva, a pesquisa aqui apresentada, em consonância com Vianna (2007) se caracteriza como semiestruturada, uma vez que é proveniente de uma pesquisa de campo, além de seguir a estrutura de um roteiro. Sendo assim, a intencionalidade na ida à escola diz respeito apenas em observar e constatar questões referentes ao Atendimento Educacional Especializado, tais como o modo e a importância de tal atendimento para os estudantes com necessidades educacionais especiais. Logo, não houveram interferências na realização dos atendimentos, sendo registrado o que fora visto no momento e posteriormente feitas análises a respeito.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação especial constitui-se uma modalidade de ensino que desempenha um papel de grande relevância para a sociedade, haja vista que essa modalidade se preocupa em garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os sujeitos, sem que haja qualquer exceção, visto que ela busca promover o encontro de todos os estudantes, independentemente de suas origens, repertórios ou especificidades. De tal forma que a educação possa aproximar os alunos, a fim de que eles aprendam a conviver com as diferenças, respeitando e valorizando-as, além

de serem estimulados a desenvolver um olhar empático para com as pessoas. Nesse sentido, é importante uma educação especial na perspectiva inclusiva, haja vista que através dessa concepção, a educação especial direciona suas ações para às especificidades dos alunos em processo educacional, no âmbito de uma atuação mais ampla da escola.

Em vista disso, constata-se como é essencial que os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais sejam assegurados, visto que dessa forma à inclusão educacional ocorrerá possibilitando a esses sujeitos uma educação humanizadora que trabalhará a partir das necessidades do aluno, como também proporcionará atividades para o trabalho no desenvolvimento de habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais oferecendo para eles o apoio que lhes for necessário para alcançar tais objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento. Posto isso, acredita-se que a transformação ocorrerá quando cada vez mais as pessoas com deficiência fizerem parte dos espaços que lhes são garantidos, destacando aqui o meio escolar, fazendo com que a educação oferecida seja de qualidade, possibilitando meios para que esse processo ocorra de maneira interessante e significativa para esse público. Portanto, entende-se que:

O conceito de Inclusão no âmbito específico da Educação implica, antes de mais, rejeitar por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI), desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e, dessa forma, atingir a qualidade académica e sociocultural sem discriminação.

Além disso, o atendimento educacional especializado – regulamentado por meio do Decreto 6.571 de 18 de setembro de 2008 – possui grande relevância para se alcançar uma educação que contemple a todos, uma vez que sua função é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar barreiras para a plena participação dos alunos (BRASIL, 2008). Nessa perspectiva, o atendimento educacional especializado complementa ou suplementa a formação dos alunos a fim de que eles possam desenvolver autonomia e independência tanto na escola quanto fora dela, sendo este atendimento realizado majoritariamente em sala de recursos multifuncionais, no turno inverso ao da escolarização em sala regular.

O atendimento educacional especializado contribui de modo relevante para uma educação inclusiva de qualidade, possibilitando ao aluno com necessidade educacional especial não somente sua inserção no ambiente escolar, mas principalmente garantindo o direito desse indivíduo à uma educação de qualidade. Nesse viés, o atendimento educacional especializado

é realizado levando em consideração as necessidades de cada um dos alunos, respeitando-se as especificidades e diversidades que fazem parte do ambiente escolar.

Ademais, o currículo na educação especial se constitui como um fator de grande relevância para que seja desenvolvida uma educação de qualidade e sobretudo, que se contemple a todos os alunos de acordo com as suas necessidades. Haja vista que o currículo corresponde a uma trajetória de escolarização envolvendo diversos aspectos com vistas ao desenvolvimento pleno dos estudantes. Desse modo, o currículo precisa levar em consideração os contextos e a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo, a cerca disso pode-se entender o currículo como o campo do diálogo pedagógico entre o que se deve aprender e ensinar, sempre considerando a socialização e a formação de pessoas tão diferentes (ARROYO, 2007).

Sobretudo, no que se refere à modalidade de educação especial, o currículo precisa apresentar um caráter flexível, de modo a oferecer possibilidades de adaptações curriculares, com o intuito de que se possa garantir a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas, buscando-se um processo de ensino e aprendizagem efetivo, o qual tenha como base o princípio democrático da educação para todos, garantindo-se o direito de todos a educação, indiscriminadamente, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

No que concerne ao currículo na educação especial destaca-se que:

O currículo é parte primordial do processo para a efetivação da educação especial. Afinal, a exigência de adaptações e de flexibilização curriculares voltadas à atender às necessidades de aprendizagens de cada grupo, estão diretamente relacionadas ao projeto pedagógico da escola, à gestão escolar democrática e à autonomia dos profissionais envolvidos [...] O currículo escolar é, acima de tudo, um instrumento de inclusão social (CASTRO, 2021, p.71).

Nessa perspectiva, as adaptações curriculares são de grande importância para que a educação seja garantida a todos os indivíduos, constituindo-se uma alternativa para os ajustamentos necessários conforme cada especificidade. Consoante Castro (2021, p. 106), “as adaptações curriculares correspondem aos ajustes e transformações cabíveis ao processo de aprendizagem”. Nesse viés, o currículo adaptável auxilia a escola no processo de implementação de uma série de ações, as quais sejam capazes de promover não só o acesso, mas também a permanência de alunos com necessidades escolares na sala de aula.

Desse modo, depreende-se que as adaptações no currículo assumem um papel imprescindível para a oferta de oportunidades iguais a todos os sujeitos, independentemente de

suas divergências e condições econômicas, sociais, físicas, educacionais, mentais, entre outras. Nesse sentido, conforme Castro (2021, p. 107) "as adaptações fazem parte de um processo social" que considera que a inclusão é para todos, sem preconceitos ou discriminações, visto que todos os indivíduos têm o direito de exercer a sua cidadania de modo digno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Atendimento Educacional Especializado constitui-se parte da Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva, haja vista que se trata de um serviço de educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade os quais sejam capazes de eliminar barreiras, a fim de que haja a plena participação dos alunos, considerando-se as suas necessidades específicas. Nesse sentido, ao longo da observação foi possível fazer análises e reflexões a partir do que foi visto na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM, bem como fazer relações entre o que a legislação assegura acerca do Atendimento Educacional Especializado e o modo como ele é realizado na realidade prática da escola.

Desse modo, a observação apresentada neste trabalho ocorreu em uma escola da rede municipal de ensino na cidade de Imperatriz no Maranhão, localizada distante do centro da cidade. Acerca da estrutura, foi possível perceber que no interior dessa instituição existe um pátio que proporciona uma divisão, de tal modo que ao lado esquerdo fica uma determinada quantidade de salas e ao lado direito mais algumas salas, além disso ainda dispõe de banheiros que são adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Ademais, a instituição oferece sala de robótica/ informática; uma biblioteca; sala dos professores; da diretoria e da secretaria como também dispõe à sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, na qual centra-se o enfoque dessa pesquisa. Apesar de seus espaços não serem muito grandes, eles são bem utilizados e organizados.

Como já mencionado, a ida até a escola tinha como propósito observar a sala de recursos multifuncionais. Nesse sentido, quanto ao espaço da sala é bem pequeno, nele possuem duas mesas, sendo uma mesa em formato circular que é utilizada pela professora titular da sala e pelas crianças, e outra mesa em formato retangular que é usada para colocar materiais, ainda possui um quadro branco, duas estantes com muitos recursos à disposição e por fim, um *notebook* que é usado para atividades complementares.

No que diz respeito a professora, ela possui graduação em Pedagogia, é pós-graduada em Psicopedagogia e atualmente faz pós-graduação em Neuropsicopedagogia, bem como tem bacharelado em Serviço Social. Desde 2016 ela trabalha em sala de recursos, antes já havia passado 15 anos em sala regular, e depois passou 10 anos trabalhando na biblioteca municipal de Imperatriz, quando saiu de lá fazer o curso de Atendimento Educacional Especializado oferecido pela Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI) logo depois, fez um seletivo interno para trabalhar nessa área e desde então segue se especializando.

Na análise desenvolvida não foi possível observar todos os 17 alunos que a sala atende, mas a partir dos questionamentos a professora informou que nenhum dos alunos possui laudo médico, o que não é um requisito para receber atendimento na SRM, além disso ela também informou que para cada aluno é feito um plano especializado, visto que cada um possui dificuldades e necessidades específicas.

Para tanto a Sala de Recursos Multifuncionais - SRM na qual se realizou a observação, consiste em uma sala polo que atende tanto alunos com necessidades educacionais especiais da própria escola quanto alunos de escolas próximas. O atendimento educacional especializado é um direito de todos os alunos com exigências educacionais especiais, embora não seja obrigatória a sua participação, ficando facultativa à família a realização dos atendimentos, acerca disso destaca-se:

Pelo artigo 208, Inciso III, a Constituição de 1988 assegurou o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, em todos os níveis de ensino escolar, sendo oferecido, de preferência nas escolas comuns. O direito à um atendimento especializado foi instituído em função de esses alunos necessitarem de apoio para frequentar, com aproveitamento, as turmas dessas escolas. (MANTOAN; SANTOS, 2010, p. 22)

O atendimento - AEE - realizado na Sala de Recursos Multifuncionais observada funciona exclusivamente na função complementar, uma vez que os alunos contemplados por tal atendimento demandam uma complementação da sua formação para além da sala regular, cujo o intuito é de que sejam desenvolvidas a autonomia e a independência desses sujeitos tanto na escola quanto fora dela. Nesse sentido, o público-alvo da SRM em questão é constituído de alunos com deficiência intelectual e com transtornos globais do desenvolvimento.

Ademais, o atendimento observado possui adaptações curriculares para cada aluno, as quais estejam em consonância com as exigências e demandas de cada um, sendo este um currículo diferente do que se utiliza na sala regular. No entanto existe uma articulação entre a

proposta da sala de aula regular e a proposta desenvolvida no AEE, havendo também um contato frequente entre os professores da sala de recursos e da sala regular, bem como com a família desse estudante. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que:

Os conteúdos dos planos de Atendimento Educacional Especializado não são os mesmos da educação comum e não poderiam ser, pois a política trata de uma educação especial que não substitui o ensino escolar para os alunos. Esses conteúdos são selecionados após um estudo de cada aluno, levando-se em conta os problemas referentes às barreiras impostas pelo meio escolar e às necessidades específicas dos aprendizes, de modo que possam ser asseguradas condições de acesso e aproveitamento escolar aos mesmos nas turmas do ensino comum. (MANTOAN; SANTOS, 2010, p.31)

No que se refere à formação de professores para atuar no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, a legislação destaca dois perfis, os quais são: o professor de classe comum capacitado e o professor especializado em educação especial (Brasil, 2015). Nessa perspectiva, um profissional capacitado é imprescindível, uma vez que a atuação no atendimento educacional especializado demanda conhecimentos gerais e específicos para se trabalhar com o desenvolvimento de habilidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, observou-se a partir da análise feita na escola em questão o quanto é importante ter um profissional capacitado e especializado para trabalhar na Sala de Recursos Multifuncionais, visto que tais estudantes precisam se desenvolver das mais variadas formas e exigem adquirir conhecimentos diversificados. Isso porque cada aluno possui suas peculiaridades, necessitando assim de um plano especializado, conseqüentemente a necessidade de existir um currículo que seja adaptável nesse processo e sempre levar em consideração que os professores tanto da sala regular como da SRM devem manter um diálogo para que esse aluno não fique disperso sem saber o que fazer ou quem ouvir, esse professores devem usar de uma só voz, ainda mais nos casos em que o estudante precisa se deslocar de outra escola, outro bairro, sendo assim outra realidade.

Ademais, foi possível perceber a importância de existir um envolvimento desse profissional com as crianças, de ir para além dos ensinamentos, de ter uma relação, no sentido de conversar com essa criança, saber o que lhe interessa e trabalhar a partir disso, incentivando

essa criança. Dessa forma, esses alunos conseguirão desenvolver-se com mais leveza como também serão instigados para prosseguir nessa caminhada.

Tendo em vista isso que fora apresentado ao longo de todo esse estudo, outros apontamentos surgem a fim de que futuras análises sejam feitas: o professor da Sala de Recursos Multifuncionais tem acesso ao currículo do professor da sala regular, a fim de que consigam trabalhar em consonância, como também esse currículo se apresenta de maneira flexível? Que suportes estão sendo oferecidos para os professores de SRM que por vezes precisam deslocar-se para outras escolas para conversar com os professores da sala regular com o intuito de perceber se existem alunos que precisam dessa complementação que o Atendimento Educacional Especializado oferece? dentre outros questionamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

_____. Presidência da República. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

_____. Decreto Federal n. 7611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 de novembro de 2011.

_____, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

CASTRO, Cleussi de Fátima Schneider de. **Currículo e didática na educação especial**. Curitiba: Intersaberes, 2021.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento Educacional Especializado**: políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

VEIGA NETO, ALFREDO. De Geometrias, Currículo e Diferenças IN: Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças-2002.